



CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM

Métodos Alternativos de Solução de Conflitos

Material de Estudo Completo



William

UniGoiás - 3º Período

Elaborado por Gustavinho 🤖



Introdução aos MASCs

O que são MASCs?

Métodos Alternativos de Solução de Conflitos são formas de resolver disputas **fora do Poder Judiciário** ou de forma **complementar** a ele.

Por que usar?

 **Celeridade** - mais rápido que o Judiciário

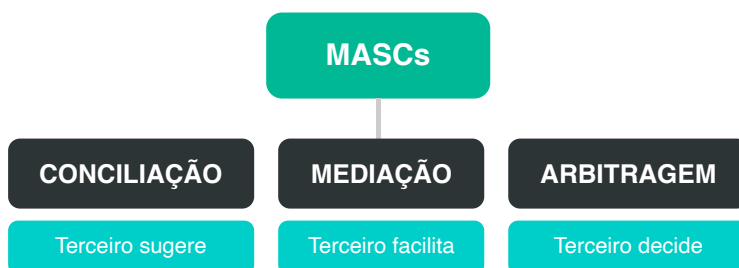
 **Economia** - custos menores

 **Confidencialidade** - sigilo das partes

 **Autonomia** - partes constroem a solução

 **Satisfação** - resultado mais aceito

Os 3 Principais Métodos





Conceito

Método em que um **terceiro imparcial** (conciliador) auxilia as partes a chegarem a um acordo, podendo **sugerir soluções**.

Características

- 1 Conciliador **PODE sugerir** soluções
- 2 Indicada para conflitos **SEM relação prévia**
- 3 Foco no **ACORDO** , não na relação
- 4 Geralmente mais **rápida**

Tipos de Conciliação

Tipo	Onde ocorre	Exemplo
Judicial	Dentro do processo	Audiência de conciliação (CPC)
Extrajudicial	Fora do processo	PROCON, câmaras privadas

Art. 165, §2º do CPC

O conciliador pode sugerir soluções, sendo vedada qualquer forma de constrangimento ou intimidação.



Mediação

Conceito

Método em que um **terceiro imparcial** (mediador) **facilita o diálogo** entre as partes para que elas próprias construam a solução.

Lei 13.140/2015 - Lei da Mediação

Características

- 1 Mediador **NÃO sugere** soluções
- 2 Indicada para conflitos **COM relação prévia**
- 3 Foco na **RELAÇÃO** entre as partes
- 4 Busca restaurar a **comunicação**

Tipos de Mediação

-  **Familiar** - divórcio, guarda, alimentos
-  **Empresarial** - conflitos societários
-  **Comunitária** - vizinhança
-  **Trabalhista** - relações de trabalho

Dica para prova

Mediação = relação continuada (família, vizinhos, sócios)

Conciliação = relação pontual (acidente, consumo)



Princípios da Mediação

 Art. 2º da Lei 13.140/2015

Confidencialidade

Tudo que for dito na mediação é sigiloso

Imparcialidade

Mediador não pode favorecer nenhuma parte

Autonomia da Vontade

Partes decidem livremente

Boa-fé

Partes devem agir com lealdade





Informalidade

Procedimento flexível

Decisão Informada

Partes cientes das consequências

Requisitos do Mediador

-  Capacidade civil
-  Capacitação em mediação
-  **Judicial:** graduação há pelo menos 2 anos
-  **Extrajudicial:** confiança das partes



Conceito

Método em que as partes escolhem um **terceiro imparcial** (árbitro) para **decidir** o conflito com força de **sentença judicial**.

Lei 9.307/1996 - Lei da Arbitragem

Características Principais

- 1 Árbitro **DECIDE** (não sugere)
- 2 Sentença arbitral = **título executivo judicial**
- 3 **Não cabe recurso** de mérito
- 4 Somente direitos **patrimoniais disponíveis**

ATENÇÃO - O que NÃO pode ser arbitrado

- ✗ Direitos indisponíveis (ex: estado civil, direito penal)
- ✗ Direitos que envolvam incapazes
- ✗ Direitos trabalhistas (polêmico - há exceções)

Câmaras Arbitrais

Instituições privadas que administram procedimentos arbitrais.

Ex: CAM-CCBC, CIESP, FGV Câmara de Mediação e Arbitragem



Convenção de Arbitragem

O que é?

É o **acordo das partes** de submeter o conflito à arbitragem. Pode ser:

Cláusula Compromissória

ANTES do conflito surgir

Inserida em contratos: "eventuais conflitos serão resolvidos por arbitragem"

Compromisso Arbitral

DEPOIS do conflito surgir

Acordo específico para aquele conflito já existente

Efeitos da Convenção

1 **Efeito positivo:** obriga as partes à arbitragem

2 **Efeito negativo:** afasta a jurisdição estatal

Macete

Cláusula = preventiva (Contrato)

Compromisso = curativa (Conflito já existe)



Sentença Arbitral

Natureza

A sentença arbitral tem a **mesma força** de uma sentença judicial e constitui **título executivo judicial**.

Art. 31 da Lei 9.307/96





A sentença arbitral produz os mesmos efeitos da sentença proferida pelos órgãos do Poder Judiciário.

Requisitos da Sentença

- I Relatório (resumo do conflito)
- II Fundamentos da decisão
- III Dispositivo (decisão)
- IV Data e lugar

Anulação da Sentença Arbitral

Só pode ser anulada pelo **Poder Judiciário** por vícios formais:

-  Nulidade da convenção
-  Árbitro impedido ou suspeito
-  Sentença fora dos limites da convenção
-  Violação de princípios processuais

Importante

O Judiciário **NÃO analisa o mérito** da sentença arbitral!



Quadro Comparativo

Aspecto	Conciliação	Mediação	Arbitragem
Papel do terceiro	Sugere soluções	Facilita diálogo	Decide
Quem resolve?	As partes	As partes	O árbitro
Tipo de conflito	Sem relação prévia	Com relação prévia	Patrimônio disponível
Resultado	Acordo (facultativo)	Acordo (facultativo)	Sentença (obrigatório)
Vinculação	Se houver acordo	Se houver acordo	Sempre vincula
Legislação	CPC	Lei 13.140/2015	Lei 9.307/1996



Resumão



Conciliação: "Que tal vocês fazerem assim?"



Mediação: "Vamos conversar sobre isso"



Arbitragem: "Eu decido e vocês cumprem"






Homologação Judicial

O que é?

É a **aprovação pelo juiz** de um acordo extrajudicial, conferindo-lhe **força de título executivo judicial**.

Quando é necessária?

-  Acordo extrajudicial que as partes querem executar
-  Transações que envolvam direitos indisponíveis
-  Quando houver interesse de incapazes

Art. 515, III do CPC

São títulos executivos judiciais a decisão homologatória de autocomposição extrajudicial.

Vantagem da Homologação

Transforma o acordo em **título executivo judicial**, permitindo execução direta caso haja descumprimento.

Na prática

Se as partes fazem um acordo de mediação extrajudicial e uma delas descumpre, com a homologação é possível executar diretamente. Sem homologação, seria necessário primeiro um processo de conhecimento.



Checklist de Estudo



Visão Geral dos MASCs

SOLUÇÃO DE CONFLITOS

AUTOCOMPOSIÇÃO

Conciliação

Mediação

HETEROCOMPOSIÇÃO

Arbitragem

Jurisdição Estatal

✓ O que você precisa saber

- ✓ Diferença conciliação x mediação
- ✓ Lei da Mediação (13.140/2015)
- ✓ Lei da Arbitragem (9.307/96)
- ✓ Princípios da mediação

- ✓ Cláusula x Compromisso
- ✓ Sentença arbitral = judicial
- ✓ Homologação judicial



Bons estudos, William!

Material elaborado por Gustavinho 🤖

UniGoiás - Direito - 3º Período